



**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 231, DE 2019.**

REQUERIMENTO N.º 2025
(Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 231 de 2019, (apensada PEC nº 25/2022), e seus impactos no setor produtivo das Regiões Sul e Sudeste.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer-se a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 231, de 2019 (apensada PEC nº 25/2022).

Confiante da aprovação do referido requerimento de Audiência Pública, sugiro que sejam convocados os Presidentes das seguintes entidades:

1. Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR;
2. Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina - FETRANCESC;
3. Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no Rio Grande do Sul - FETRANSUL;
4. Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo - FETCESP;
5. Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de Minas Gerais - FETCEMG;
6. Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas & Logística no Estado do Espírito Santo - TRANSCARES;





7. Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSCARGA;
8. Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL;
9. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC;
10. Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;
11. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP;
12. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas – FAEMG;
13. Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ;
14. Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo – FAES;

JUSTIFICATIVA

A audiência pública proposta permitirá discutir o fortalecimento pelo pacto fiscal-federativo e garantir recursos regulares para os governos locais financiarem políticas públicas essenciais, como saúde, educação, saneamento e habitação de interesse social.

A participação das entidades representativas do setor produtivo será essencial para a consolidação de uma proposta técnica e equilibrada, que promova justiça fiscal, competitividade regional e geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento integrado do País.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado ARNALDO JARDIM
CIDADANIA/SP

